**Questionários**

**PRIMEIRA PARTE**

1. Idade: \_\_\_\_\_\_ anos

2. Sexo:

 ( ) masculino ( )feminino

1. ( ) Docente ( ) Discente, qual semestre está cursando? \_\_\_\_\_\_\_\_

4. Completou o Ensino Fundamental em escola:

 ( ) pública ( ) particular

5. Completou o Ensino Médio em escola:

 ( ) pública ( ) particular

6. Cursou pré-vestibular:

 ( ) não ( ) sim. Quantos anos?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

7. Curso universitário anterior:

 ( ) não ( ) sim. Qual?\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

8. Grau de escolaridade da mãe:

 ( ) Ensino Fundamental ausente ou incompleto

 ( ) Ensino Fundamental completo

 ( ) Ensino Médio completo

 ( ) Ensino Superior completo. Área de formação: \_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 ( ) Especialização

 ( ) Pós-graduação

9. Grau de escolaridade do pai:

 ( ) Ensino Fundamental ausente ou incompleto

 ( ) Ensino Fundamental completo

 ( ) Ensino Médio completo

 ( ) Ensino Superior completo. Área da formação: \_\_\_\_\_\_

 \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

 ( ) Especialização

 ( ) Pós-graduação

**SEGUNDA PARTE**

**1) Inexistência de ofensas ao direito à vida e da dignidade da pessoa humana, pois a pesquisa com células-tronco embrionárias (inviáveis biologicamente ou para os fins a que se destinam) significa a celebração solidária da vida e alento aos que se acham à margem do exercício concreto e inalienável dos direitos à felicidade e do viver com dignidade (Ministro do STF Celso de Mello).**

**Diante de tal afirmação, responda:**

**M. B., brasileira, 19 anos, civilmente capaz, resolve dispor seu embrião uterino para pesquisas de célula tronco. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF), ao julgar a Constitucionalidade da Lei de Biossegurança, a conduta de M. B. está respaldada pelo ordenamento jurídico brasileiro?**

( ) Sim , tendo em vista que o STF julgou pela constitucionalidade da Lei de Biossegurança, que assegura a pesquisa com células tronco para fins de pesquisa e terapia.

( ) Não, pois o entendimento do STF pela constitucionalidade da pesquisa com células tronco embrionárias se limita ao disposto na Lei, que é clara ao afirmar que somente podem ser objetos de pesquisas os embriões fecundados *in vitro.*

**2) I. A., brasileiro, desempregado, sem condições financeiras de custear sua subsistência básica, resolve vender seu rim para D. C., brasileiro, na fila de espera para o transplante há mais de 08 anos. Nesta situação, julgue qual das assertivas abaixo é verdadeira.**

( ) A Constituição Federal veda expressamente a disposição de órgãos para fins comerciais.

( ) O art. 199 § 4º da Constituição Federal, apesar de vedar, de forma geral, a comercialização de órgãos humanos, excepciona tal situação nos casos de extrema necessidade humana, para resguardar a vida do doador/vendedor.

**3) C. D., brasileira, atriz, grávida de 6 meses, juntamente com seu esposo, T. W., desejam assistir o seu nascituro em uma ação de indenização de danos morais por ato praticado por um comediante, ao denegrir a imagem do embrião. Neste caso, julgue qual das afirmações abaixo é verdadeira:**

( ) O embrião, embora tenha seus direitos resguardados pelo Código Civil, não sofre danos morais, pois, segundo unanimidade doutrinária, não possui personalidade jurídica (capacidade genérica de adquirir direitos e contrair obrigações).

( ) A doutrina majoritária entende que o embrião pode figurar no polo passivo de uma ação de indenização por danos morais, tendo em vista que a personalidade jurídica surge com a concepção (teoria concepcionalista), possuindo o nascituro, desta forma, capacidade genérica de adquirir direitos e contrair obrigações.

**4) N.S.R., 20 anos, estudante, ao se submeter a tratamento dermatofuncional, adquire, por imprudência do fisioterapeuta no momento da aplicação do tratamento, sequela que reduz substancialmente sua amplitude de movimento por tempo indeterminado. Neste caso, o fisioterapeuta:**

( ) Responderá pelo crime de lesão corporal, haja vista que, apesar de não possuir o dolo no momento da execução do ato, agiu com imprudência no momento de tratar com seu paciente, devendo, portanto, ser responsabilizado penalmente. Tal responsabilidade penal não exclui a responsabilidade civil proveniente do ato praticado.

( ) Responderá somente civilmente pelo ato praticado, tendo em vista que no Ordenamento Jurídico Brasileiro não existe lesão corporal culposa. Logo, a imprudência do fisioterapeuta não surte efeitos no âmbito penal. Contudo, poderá o fisioterapeuta responder pelo ato no âmbito civil, seja pelo possível dano moral, estético ou material.

**5 – J. L., juiz federal, paciente terminal, deseja ter sua ceifada imediatamente, no intuito de extinguir seu sofrimento. Para tanto, chama F. B., seu amigo de infância, para um jantar, no hospital. Durante a conversa, J. L. pede que F. B. desligue a aparelhagem que o mantém vivo, informando a seu amigo que tal conduta não constitui crime algum. F. B. se convence do que fora dito por J. L. e desliga os aparelhos que o mantém vivo, vindo este a falecer. Nestas circunstâncias, julgue qual das assertivas abaixo é verdadeira.**

( ) A conduta praticada por F. B., apesar de ilícita, não pode ser punível, tendo em vista que F. B. fora persuadido por J. L. a praticas a conduta com a informação falsa de que o mesmo não constitui crime.

( ) A conduta praticada por F. B. é ilícita e punível, pois a eutanásia é uma espécie de homicídio privilegiado, tendo em vista o motivo de relevante valor social e moral.

**6) R. S. era um espanhol, tetraplégico desde os 26 anos, que solicitou à justiça espanhola o direito de morrer, por não mais suportar viver. R. S. permaneceu tetraplégico por 29 anos. A sua luta judicial demorou cinco anos. O direito à eutanásia ativa voluntária não lhe foi concedido, pois a lei espanhola caracterizaria este tipo de ação como homicídio. Com o auxílio de amigos planejou a sua morte de maneira a não incriminar sua família ou seus amigos. Em novembro de 1997, mudou-se de sua cidade, Porto do Son/Galícia-Espanha, para La Coruña, 30 km distante. Tinha a assistência diária de seus amigos, pois não era capaz de realizar qualquer atividade devido à tetraplegia. No dia 15 de janeiro de 1998 foi encontrado morto, de manhã, por uma das amigas que o auxiliava. A necropsia indicou que a sua morte foi causada por ingestão de cianureto. Ele gravou em vídeo os seus últimos minutos de vida. Nesta fita fica evidente que os amigos colaboraram colocando o copo com um canudo ao alcance da sua boca, porém fica igualmente documentado que foi ele quem fez a ação de colocar o canudo na boca e sugar o conteúdo do copo.**

**Com base no caso relatado acima, julgue qual a assertiva abaixo é correta consoante às normas do Direito Brasileiro em relação à Bioética.**

( ) O direito à executar a própria morte, no Brasil, não é permitido, tendo em vista que a vida é um patrimônio indisponível do sujeito, estando elencada no rol de direitos fundamentais resguardados pela Constituição Federal.

 ( ) O direito à executar a própria morte, no Brasil, não é permitido, tendo em vista que somente o Estado e/ou o Poder Judiciário podem decidir sobre os direitos indisponíveis do sujeito, dentre os quais podemos elencar a vida e a liberdade.

**7) Em relação ao Código de Nuremberg (1947), marque qual a sentença correta:**

( ) O Código de Nuremberg representou um grande avanço para os direitos humanos, tendo em vista que fora o primeiro ato normativo que regulamentou a pesquisa entre homens, exigindo que sejam explicados às pessoas submetidas a pesquisa a natureza, a duração e o propósito do experimento; os métodos segundo os quais será conduzido; as inconveniências e os riscos esperados. Entretanto, por ser um ato normativo obsoleto, os efeitos sobre a saúde ou sobre a pessoa do participante, que eventualmente possam ocorrer, devido à sua participação no experimento não precisam ser necessariamente informados ao paciente.

 ( ) Não deve ser conduzido qualquer experimento quando existirem razões para acreditar que pode ocorrer morte ou invalidez permanente; exceto, talvez, quando o próprio médico pesquisador se submeter ao experimento.

**8) R. N., judeu, menor impúbere (menos de 12 anos de idade), decide, por si só, que não deseja fazer a *brit milá* (cirurgia de circuncisão). Seu pai, M. L., discorda da decisão de seu filho e, mesmo contrário ao mesmo, realiza a cirurgia. Nestas circunstâncias, a atitude de M. L., sob a ótica do Princípio da Autonomia que rege a Bioética é:**

( ) Correta, tendo em vista que o Princípio da Autonomia prevê situações nas quais esta encontra-se reduzida, como no caso de um menor de idade, bem como de um absolutamente incapaz.

( ) Errada, pois o Princípio da Autonomia é claro em afirmar que uma pessoa autônoma, independentemente da idade, por inerência de sua humanidade, é um indivíduo capaz de deliberar sobre seus objetivos pessoais e de agir na direção desta deliberação. Respeitar a autonomia é valorizar a consideração sobre as opiniões e escolhas, evitando, da mesma forma, a obstrução de suas ações, a menos que elas sejam claramente prejudiciais para outras pessoas.

**9) F. P., médico, durante procedimento cirúrgico de urgência, verifica que o paciente submetido à intervenção é seu inimigo capital, J. L., o qual teria, anteriormente, ceifado a vida de suas 3 filhas. Ato contínuo, F. P. verifica que somente ele é o médico competente para realizar a cirurgia. Nesta situação, julgue qual das ações praticadas por F. P. não condiz com os princípios da bioética.**

( ) F. P., com base no princípio da não-maleficência, deixa de realizar o procedimento cirúrgico, pois sabe que não teria condições mentais de concretiza-lo, não praticando, desta maneira, dano intencional ou eventual.

( ) F. P. realiza o procedimento, com base no Princípio da Beneficência, o qual aduz que é necessário fazer o bem aos outros, independentemente de desejá-lo ou não.

**10) J. B., fisioterapeuta, forma convênio com plano de saúde que limita o número de atendimentos a pacientes de forma a tornar-se insuficiente o tratamento de qualquer procedimento. Nesta situação, responda a afirmativa correta a luz da bioética:**

( ) J. B. realizou o convênio de forma correta, tendo em vista sua autonomia para realizar contratos com sujeitos de direito, contanto que não prejudiquem terceiros. No caso, ninguém será prejudicado com o curto tratamento, restando ainda o privilégio de angariar clientes à fisioterapeuta.

( ) A conduta realizada por J. B. não encontra respaldo na bioética nacional, tendo em vista que o tratamento realizado limitadamente, apesar de não prejudicar diretamente seus pacientes, afronta os princípios norteadores bioéticos, tais como não-maleficência e beneficência.

**11) S.A.R, 20 anos, solteiro, deseja realizar tratamento fisioterapêutico em virtude de limitações no movimento de seu braço direito, estas adquiridas após um acidente automobilístico. Ao buscar tratamento no consultório de P.R.M, fisioterapeuta, o mesmo informa os valores que serão cobrados e demonstra sua compatibilidade com o mercado. Contudo, S.A.R, não contente, resolve ir na clínica fisioterápica situada ao lado e expõe a proposta outrora realizada. B.N.G, também fisioterapeuta, inimigo “mortal” de seu vizinho, realiza o tratamento por um preço equivalente a 20% do valor estipulado por P.R.M. Neste caso, a conduta deste último fisioterapeuta está:**

( ) Vedada, pois a pratica de concorrência desleal é proibida pelo Código de Ética da Fisioterapia, acarretando nas punições cabíveis.

( ) Vedada, já que tal ato consiste em crime de Charlatanismo, estipulado no Código Penal Brasileiro em seu art. 321, inciso II. Neste caso, P.R.M deve buscar as medidas judiciais para o ingresso da ação penal cabível em face de B.N.G.

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário da pesquisa sobre a percepção da bioética e do biodireito entre fisioterapeutas e discentes do curso de Fisioterapia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Você foi selecionado para responder um questionário anônimo constituído de duas partes e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores ou com a Universidade Federal do Ceará.

O objetivo deste estudo é avaliar a percepção da bioética e do biodireito entre fisioterapeutas e discentes de fisioterapia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em repostas simples e objetivas na ocasião do questionário. Os riscos relacionados com sua participação são mínimos e caso seja identificado, por você, algum termo ou situação da pesquisa que possa lhe gerar eventual risco de dano intelectual, cultural e/ou espiritual, sua exclusão da pesquisa será imediata sem qualquer constrangimento com os pesquisadores. Você não receberá nenhum pagamento por participar desta pesquisa. Os benefícios relacionados com a sua participação são a colaboração na análise do conhecimento adquirido pelos fisioterapeutas e alunos de fisioterapia da UFC.

Preservaremos a sua identidade. Somente os profissionais estudiosos do assunto terão acesso às informações divulgadas. A qualquer momento você poderá recusar a continuar participando desta pesquisa e também poderá retirar seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo.

**Endereço do responsável pela pesquisa:**

Nome:

Instituição: Universidade Federal do Ceará

Endereço: Rua Alexandre Baraúna, 949 – Rodolfo Teófilo**, 949 - RODOLFO TEÓFILO**

Telefones p/contato:

**ATENÇÃO: Para informar qualquer questionamento durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:**

**Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Ceará**

**Rua Coronel Nunes de Melo, 1127 Rodolfo Teófilo**

**Telefone: 3366.8344**

O abaixo-assinado, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_ anos, RG nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara que é de livre e espontânea vontade que está participando como voluntário da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura tive oportunidade de fazer perguntas sobre o conteúdo do mesmo, como também sobre a pesquisa e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro ainda estar recebendo uma cópia assinada deste Termo.

Fortaleza, \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  |  |
| **Nome do voluntário** | **Data** | **Assinatura** |  |
|  |  |  |
| **Nome do pesquisador** | **Data** | **Assinatura** |  |
|  |  |  |
| **Nome do profissional que aplicou o TCLE** | **Data** | **Assinatura** |  |